

A FAMÍLIA NA REALIDADE DA PERIFERIA DE SALVADOR¹

Sergio Mauricio Costa da Silva Pinto²

1. INTRODUÇÃO

Pretende-se mostrar que a estrutura familiar nos bairros periféricos de Salvador – utilizando-se a pesquisa empírica realizada no bairro da Paz – é diferente do conceito de família padrão apresentado pela sociedade organizada.

A família da periferia adaptou-se às suas condições sócio-econômicas, que são distintas das condições que geraram o conceito de família nuclear, além de ser um resultado da influência histórica singular interveniente na formação da família negra em Salvador – maioria da população urbana da cidade e, mais ainda, dos bairros menos privilegiados economicamente.

Pode-se então pensar numa família padrão que responda teoricamente a todas as necessidades práticas de variantes encontradas na realidade? As pesquisas e estudos feitos por vários pesquisadores indicam que uma abordagem da família que dê conta da complexidade desse objeto deveria ser uma construção multidisciplinar (BILAC, 2000, p. 37) e que não existe, histórica e antropológicamente falando, um modelo-padrão de organização familiar (MELLO, 2000, p. 53).

2. UM POUCO DE HISTÓRIA

As populações negras que residem nos bairros da periferia de Salvador têm sua ascendência originária na África, por conta do regime de escravidão que vigorou por mais de três séculos no Brasil – importando grande contingente de negros para o trabalho nas fazendas do Recôncavo ou nas residências brancas da cidade do Salvador.

Falar apenas de África, como se fosse um pequeno espaço geográfico, ou ainda uma única cultura ou padrão fenotípico, não é elucidativo, pois a África, na história do tráfico negro para o Brasil, contribui com variedades de raças, nações e culturas, e, além disso, o negro africano que veio para a Bahia não é o mesmo negro que aportou no Rio de Janeiro, no Maranhão ou em Pernambuco.

Na Bahia predominaram os sudaneses, principalmente os do Sudão Ocidental, onde havia reinos organizados com vida política, agricultura, pecuária, comércio, arte, tecelagem e religiosidade intensa (FREYRE, 1999, p. 310).

Os portugueses tinham o cuidado de não permitir que a quantidade de escravos em suas colônias não ultrapassasse 10% da população total, mas na Bahia, e em particular em Salvador, essa política não foi respeitada (MATTOSO, 1992, p. 129), como se pode perceber nos dados apresentados por João Reis (1987, p. 15) e Thales de Azevedo (1969, p. 224).

O negro escravizado no Brasil não pôde criar vínculos familiares como os que conhecia na sua terra de origem e que eram a base da estrutura familiar poligâmica africana. Toda a sua história foi a da negação da família, dos vínculos e da sua descendência – o que aconteceu, por motivos óbvios, dada a impossibilidade do casamento e de uma relação conjugal estável, além do afastamento contínuo de seus filhos biológicos da sua presença e da sua influência, como se pode verificar nos relatos colhidos por Miriam Leite (1999, 26ss).

¹ Este estudo é parte da pesquisa de campo realizada com a finalidade de levantar dados para a dissertação de Mestrado, em andamento, e foi motivado pela realidade das estruturas familiares encontradas em bairros periféricos de Salvador, que contrastam com o conceito de família nuclear apresentado pela sociedade organizada, sob a orientação do Professor Dr. Elias Lins Guimarães.

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Família da Universidade Católica do Salvador – UCSal, professor da UNIME.

A família negra no Brasil era a comunidade dos escravos, e a vida social em grupo era mais importante que a vida familiar propriamente dita, por quase inexistente (MATTOSO, 1990, p. 128). Foi a aproximação do final do regime escravocrata no Brasil, já nos fins do Império, que trouxe as primeiras possibilidades de organização familiar para o negro, pois entraram em vigor, sucessivamente, leis que foram restaurando a dignidade da população negra, perdida quando da sua captura ainda em terras africanas, até a libertação completa ocorrida com a Lei Áurea, de 1888.

A história do negro na Bahia fez com que a mulher negra conquistasse uma independência e uma preeminência que não possuía no âmbito do patriarcado tradicional existente em sua terra natal. Minoritária no Brasil, ela ocupava posição privilegiada na sociedade escravagista de então, já que se encontrava sozinha frente à criação dos filhos, sem família consanguínea, cercada por indivíduos de várias etnias e forçada a viver segundo o código social ocidental (MATTOSO, 1992, 163s). Essa importância do papel da mulher negra na sociedade escrava baiana do século XIX será preservada nas organizações familiares estruturadas a partir da extinção do regime de escravidão, chegando até os nossos dias nas comunidades periféricas da cidade do Salvador.

Após a libertação dos escravos, o negro se vê sem sustento e sem trabalho, refugiando-se na periferia das cidades. Nessa época, a cidade do Salvador viu surgirem comunidades formadas pelo grande fluxo de ex-escravos oriundos das casas onde viviam e trabalhavam e das fazendas das circunvizinhanças, onde cuidavam da produção da cana-de-açúcar e das casas-grandes. Algumas concentrações urbanas datam desse período – como os bairros da Liberdade, do Engenho Velho da Federação e do Candeal, que ainda hoje apresentam características que descrevem essa herança histórica, como a quantidade de terreiros de Candomblé encontrados nesses espaços e a organização da vida doméstica, além da quase inexistência de mistura étnica (SIMÕES, 1994, p. 107).

O ideal positivista, que marcou o início do período republicano brasileiro, foi responsável pelas políticas públicas de exclusão e submissão das classes populares, formadas, na Bahia, principalmente pela população de escravos recém-libertos e seus descendentes.

A educação, a saúde, o saneamento, foram constantemente negados, baseados nesse positivismo e determinismo que pregavam a inferioridade dos negros diante da classe branca dominante, e a profunda descrença na eficácia de qualquer política social de inclusão desses setores na sociedade (NEDER, 2000, p. 33). Durante o Estado Novo não houve mudança desse quadro, em verdade, ocorreu um agravamento dessa política que, agora inspirada nos ideais nacionalistas, buscava a assimilação e o enquadramento de toda a população à idéia de branqueamento da sociedade brasileira (NEDER, 2000, p. 34).

3. O BAIRRO DA PAZ

A região que foi utilizada para as entrevistas e pesquisas situa-se no bairro da Paz, próxima ao Alto do Coqueirinho, conhecida como Baixa do Tubo. A região, como quase todo o bairro da Paz, é desprovida de serviços públicos básicos como posto médico, escola, posto policial, transporte coletivo e saneamento básico. As residências da comunidade não têm banheiro nem água corrente, o que se encontra apenas em algumas poucas casas da rua principal, a única asfaltada. As ruas de terra batida que servem à comunidade são também responsáveis pelo escoamento do esgoto doméstico das residências, onde passam os moradores e brincam as crianças.

O atual bairro da Paz é originário de uma invasão ocorrida em 1982 por pessoas vindas de outros bairros de Salvador e, também, de cidades próximas, que buscavam as oportunidades oferecidas pela instalação dos grandes investimentos industriais do CIA, em Simões Filho, e do Pólo Petroquímico, em Camaçari. Seu nome era *Invasão das Malvinas*, por ter acontecido concomitante à invasão das ilhas Malvinas pela Argentina – mudando depois a designação do espaço para bairro da Paz, distanciando da inspiração na guerra entre Inglaterra e Argentina pela posse do pequeno arquipélago no Atlântico Sul. Apesar de alguns investimentos em equipamentos públicos feitos pelos poderes locais, principalmente no trecho próximo à Avenida Paralela, o

município não regulamentou a situação de posse da terra ocupada pelos moradores, que são estimados entre 60 mil e 80 mil.

A maior parte dos moradores mantém o terreno invadido como moradia ou o cedeu a parentes ou amigos próximos. Alguns, entretanto, já não fazem parte dos invasores originais, já que compraram o terreno ou a casa dos primeiros posseiros e não possuem qualquer documento legal que lhes dê garantias – a não ser um compromisso de compra e venda firmado entre as partes.

A população é, em sua quase totalidade, negra e tem renda familiar de até dois salários mínimos, possuindo baixa ou nenhuma escolaridade. As pessoas sustentam suas famílias por meio do subemprego e, em poucos casos, do emprego doméstico, a maioria, entretanto, é de catadores de latas e vendedores ambulantes de picolés e outros produtos pelas praias e semáforos de Salvador.

4. DADOS E INFERÊNCIAS

A pesquisa foi realizada com as famílias cadastradas na *Creche Escola Teresa Cristina*, de propriedade da *Fundação Lar Harmonia*, situada na rua da Fazenda, 13, Piatã, próxima ao bairro da Paz. Essas famílias são atendidas nos vários serviços oferecidos gratuitamente, como o Ensino Pré-escolar de duzentas crianças, Ensino Fundamental em tempo integral de cem crianças, além de outros serviços que visam à promoção de benefícios e à assistência social da família.

Foram analisadas 45 (quarenta e cinco) fichas das famílias atendidas pela Creche, escolhidas aleatoriamente dentro do universo de cerca de 250 (duzentas e cinquenta) fichas disponíveis na *Fundação Lar Harmonia*. A ficha cadastral contém informações sobre os moradores da casa analisada, como idade, sexo, origem, renda, estado civil, escolaridade e relação de parentesco com a mãe da criança atendida; contém, também, informações sobre as condições de moradia da família, como estado geral da moradia, incluindo cadastro fotográfico, quantidade e qualidade dos cômodos existentes, eletrodomésticos, áreas externas, além dos serviços públicos existentes, como a água e a energia elétrica. A ficha também aponta os problemas de saúde apresentados pelos membros da família atendida, incluindo detalhes pessoais de cada um, atendimentos médicos realizados, doenças diagnosticadas e tratamentos em andamento.

A média do número de membros residentes em cada grupo familiar é de 4,9. As residências são chefiadas por mulheres em 62,2% dos casos e tem em 55,6% dos casos um casal vivendo nelas, enquanto o restante tem apenas a mulher com seus filhos e outros parentes. As mulheres se declaram solteiras em 75,6% dos casos. Quanto às crianças, 51,1% são filhas do mesmo pai, 28,9% são filhas de dois pais diferentes e 15,6% são filhas de três ou mais pais diferentes, enquanto apenas 4,4% das crianças são filhas de duas mães diferentes.

As famílias são constituídas em 77,8% dos casos de apenas duas gerações e o restante de três gerações. Os mantenedores da família são em 46,6% dos casos de Salvador, enquanto 40% são de cidades do interior da Bahia e 6,7% são de outros estados brasileiros. A média de idade do chefe de família é 32,9 anos, mas se se considerar os chefes de família do sexo feminino e as esposas dos homens chefes de família, ou seja, as mães das residências, a média de idade é 32,3 anos, e, ainda quanto à idade dos chefes de família, 17,8% estão na faixa de 20 a 25 anos, 31,1% entre 26 e 30 anos, 17,8% entre 31 e 35 anos, 8,9% entre 36 e 40 anos, e a população restante acima disso ou não revelou a idade.

Nas residências analisadas foram encontrados 73,3% com o chefe de família vivendo com o companheiro, ou companheira, e seus filhos, em comum ou não, e 26,7% com algum membro adicional como a avó materna ou irmãos, e até outros parentes como sobrinhos, tios e outros. A renda familiar é, em 53,4% dos casos, menor do que um salário mínimo, em 42,2% dos casos entre um e dois salários mínimos e 4,4% das famílias vivem com renda entre dois e quatro salários mínimos.

Cruzando-se algumas informações da pesquisa, chega-se a dados como 81,8% das mulheres com até 24 anos têm filhos com um pai, enquanto apenas 18,2% têm filhos com dois pais diferentes; 58,3% das mulheres entre 25 e 34 anos têm filhos com apenas um pai, enquanto 41,7%

delas têm filhos com dois ou mais pais diferentes; 22,2% das mulheres com 35 anos ou mais têm filhos com apenas um pai, enquanto 77,8% têm filhos com dois ou mais pais diferentes; 55,6% têm filhos com três pais diferentes. Pode-se perceber, também, que 61,5% das mães com filhos de um só pai moram com o pai das crianças e 38,5% das mães com filhos de um só pai moram sem a presença do pai das crianças. Do universo das mães pesquisadas, 35,6% delas têm filhos de um pai e moram com o pai das crianças; 22,3% têm filhos de um pai e moram sem a sua presença; 20% têm filhos de dois pais e moram sem um companheiro; 13,3% têm filhos de dois pais e moram com o pai mais recente; 4,4% têm filhos de três pais e moram sem um companheiro, e, finalmente, 4,4% têm filhos de três pais e moram com o pai mais recente.

A incidência de desemprego é generalizada entre os chefes de família do bairro, e os poucos empregados com carteira de trabalho assinada têm ofício que não permitem ganhos acima de um salário mínimo, a exemplo de empregados domésticos como jardineiros e cozinheiras. Os expedientes utilizados para a sobrevivência, além dos já relatados acima, concentram-se na construção civil, como pedreiros, ajudantes e serventes.

Diante dos dados colhidos pela pesquisa, constata-se que a média da renda familiar confrontada com o número médio de pessoas em cada residência resulta em 0,2 salário mínimo mensal por membro familiar – o que está bem abaixo do limite de pobreza absoluta estipulado pela ONU, pois, em moeda de referência, tem-se uma renda de meio dólar por dia por cabeça. Extrapolando-se esse dado para a população de 60 mil habitantes do bairro da Paz, chega-se a 32 mil pessoas vivendo com essa renda diária.

Outra informação que se infere a partir dos dados da pesquisa é a preponderância feminina na manutenção das famílias. Mais do que isso, verifica-se que a mulher é o núcleo das estruturas familiares da população menos favorecida, enquanto os homens passam pelas residências durante determinados períodos, vão-se e deixam novos filhos. Estes serão mantidos e educados pelas mães, as quais ficam em certos períodos vivendo apenas com seus filhos, com a ajuda de outros parentes, até encontrarem um novo parceiro, que provavelmente deixará novos filhos, e o ciclo se repetirá.

Observando os dados verifica-se que, com o passar dos anos, as mulheres vão gerando crianças de pais diferentes, a ponto de, após 35 anos, mais da metade (55,6%) ter filhos com três pais diferentes, e mais de três quartos (77,8%) dessas mulheres têm, pelo menos, filhos com dois pais diferentes.

Mostra-se relevante o fato de que o número de mulheres com filhos de dois pais diferentes cresce bastante na faixa etária de 25 a 34 anos, pois passa de uma participação de 18,2% na faixa etária até 24 anos para 37,5% na primeira faixa etária referida. Reforçando essa observação, nota-se que 38,5% das mães que têm filhos de um só pai residem sem a presença do companheiro, pai das crianças. A consequência disso é um provável início do ciclo de troca de parceiros, pois o pai dos primeiros filhos abandonou sua residência. É também alto o número de mulheres com filhos de dois pais diferentes, que se encontram mais uma vez sozinhas (60% das mulheres com filhos de dois pais e 20% do total das mulheres). Percebe-se, então, a intensa rotatividade dos companheiros das mães do bairro da Paz, o que aponta para uma taxa média de pais diferentes para os filhos entre cinco e dez anos, a partir da faixa etária média de início da vida conjugal.

Os dados mostram que a rotatividade dos pais das crianças é situação comum a quase todas as famílias estudadas, o que impossibilita a criação de vínculos formais entre os casais. Esse fato resulta em que apenas 24,4% dos casais relatam terem optado por uma forma de legalização da relação conjugal, seja por matrimônio civil, seja por cerimônia religiosa. Entretanto, algumas mães das famílias pesquisadas, em relatos pessoais, afirmam que não legalizaram a sua relação, apesar de constar na ficha cadastral informação inversa, pois consideraram, quando do preenchimento da ficha, que a simples opção da vida conjugal já lhes confere a condição de casadas. Essa informação sugere que o número de casamentos formalizados deve ser ainda menor do que o apurado na pesquisa.

As residências pesquisadas apresentam baixa quantidade de famílias com mais de duas gerações (22,2%), dado que sugere que há uma expectativa de vida aquém da média brasileira. Isso é previsível diante das condições de vida existentes na região, além da tendência das mulheres a

buscarem sua primeira moradia com o primeiro companheiro em local diferente daquele de sua origem, devido às pressões econômicas e sociais.

Não se pode, entretanto, olvidar o fato de que o bairro ainda é recente, e que boa parte da população local (40%) veio de cidades do interior da Bahia, ou de outras unidades da Federação (6,7%), num movimento migratório que desarticulou os grupos familiares originais em suas regiões de procedência, deixando para trás seus familiares mais antigos.

Ainda quanto às gerações, quase não há referências de homens idosos vivendo nas residências pesquisadas, o que se pode atribuir ao fato da menor expectativa de vida para sexo masculino, além do maior envolvimento dos homens na criminalidade dos bairros periféricos e da maior propensão aos vícios – conforme relatos de mulheres do bairro, as quais citam como um dos grandes problemas familiares, causador de muitas separações, é o fato de seus companheiros excederem-se constantemente no uso do álcool e outras substâncias químicas, tornando-se muitas vezes violentos com os seus familiares.

5. CONCLUSÕES

A conclusão inicial que se infere desse breve estudo é a de evitar-se o entendimento das estruturas familiares diversas da estrutura familiar padrão – nuclear, monogâmica, composta de mãe, pai e filhos – como anômalas, doentias e irregulares, e que, por isso, necessitam de auxílio terapêutico para que consigam alcançar a estrutura familiar imposta ideologicamente pelas organizações sociais. Esse tipo de intervenção, praticado por poderes públicos ou organizações não-governamentais, leva essas famílias a profundas frustrações, por sua incapacidade na construção da família modelo. Desse modo, toda intervenção pública no auxílio e amparo a essas famílias, como programas de saúde e de educação, deve ser embasada na compreensão da realidade específica desse segmento social. A aplicação de programas e políticas governamentais que não considerem a estrutura familiar existente terá como efeito chegar-se a resultados aquém dos esperados.

Outra conclusão é a de que a realidade histórica deve estar presente no entendimento da organização familiar encontrada nos bairros periféricos das grandes cidades brasileiras, principalmente aquelas marcadas pela importação de escravos durante as épocas da Colônia e do Império, onde “a precariedade dos laços familiares, o receio do rompimento, a luta constante pela sobrevivência, os antecedentes do passado cativo impõem a compreensiva aceitação” (ROSA, 1998, p. 46) dessa organização familiar que responde às necessidades apresentadas pelo contexto histórico-social em que se insere.

O modelo familiar nuclear padrão não pertence ao amargo universo das inter-relações nessas comunidades, já que as condições extremamente adversas o coíbem na constituição de famílias organicamente estruturadas.

6. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales de. **Povoamento da Cidade do Salvador**. 3. ed. Salvador: Itapoã, 1969.

BILAC, Elisabete Dória. Família: algumas inquietações. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (org.). **A Família Contemporânea em Debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & Senzala**. 37. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FUNDAÇÃO LAR HARMONIA. Fichas cadastrais das famílias atendidas. Salvador: FLH, 2001.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagens. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **História Social da Infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. Trad. James Amado. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990. Tradução de: Être esclave au Brésil, XVIe XIXe siècles.

———. **Bahia, século XIX**: uma província no império. Trad. Yedda de Macedo Soares. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

MELLO, Sylvia Leser de. Família: perspectiva teórica e observação factual. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (Org.). **A família contemporânea em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NEDER, Gizlene. Ajustando o foco das lentes: um novo olhar sobre a organização das famílias no Brasil. In: KALOUSTIAN, Sílvia Manoug (Org.). **Família brasileira**: a base de tudo. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

ROSA, Zita de Paula. Laços e perdas em família. In: **Ciência Hoje – Encarte especial**: negros brasileiros. Rio de Janeiro: SBPC, 1988. v. 8. n. 48.

SIMÕES, Mônica. Quilombos urbanos. In: **Bahia Análise & Dados**: o negro. Salvador: EGBA, mar. 1994. v.3. n. 4.